



BALANÇO GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício: 2021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, constituem-se em peça importante no que diz respeito à transparência das informações, dos resultados e da situação econômico-financeira do Estado. Representam um detalhamento do Balanço Geral nos seus aspectos orçamentário, patrimonial e Fiscal e devem ser lidas em conjunto com esse documento. Esclarecem pontos e geram informações complementares.

Na execução dos atos e fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do exercício financeiro de 2021 merecem destaque e comentários, por sua relevância, as seguintes notas explicativas:



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Parte A - Aspectos Gerais:

- 1. Prestação de Contas Anual à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e ao Tribunal de Contas do Estado** - Em cumprimento ao disposto no artigo 102, inciso XVII, da Constituição Estadual de 1989, no artigo 22 da Instrução Normativa TCE nº 08, de 10 de dezembro de 2020, da Lei Estadual nº 7.426/2020 (LDO), e da Lei Estadual nº 7.437/2020 (LOA), temos a satisfação de apresentar as Notas Explicativas do Balanço Geral do Estado como parte da Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí.
- 2. Aspectos Legais** - Os relatórios contábeis e de gestão fiscal foram elaborados com base nos critérios e princípios constantes nas Leis Federais nº 4.320/64, nº 6.404/76 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, com suas respectivas alterações. Também da Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e da Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que aprovam a 8ª edição do MCASP, válido até o exercício de 2021, levando em consideração o plano de contas vigente, que norteiam quanto à sua forma, conteúdo e abrangência. No seu conteúdo, retrata a situação orçamentária, financeira, patrimonial e econômica do Estado, abrangendo as Secretarias de Estado, Fundos, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas.
- 3. Sistema Integrado de Administração Financeira** – O Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí – SIAFE-PI foi implementado pela Lei 6.928 de 27 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE-PI) nº 240 de 27 de dezembro de 2016, para toda a Administração Direta, nos Poderes Legislativo, Judiciário, no Ministério Público, no Tribunal de Contas do Estado, nas Autarquias, nas Fundações, nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista do Estado do Piauí. Esta centralização em sistema único de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia, está conforme § 6º do Art. 48 da LRF.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

4. **Informações Obtidas no SIAFE-PI** - As informações contidas no Balanço Geral de Estado são extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí – SIAFE-PI, o qual centralizou a execução orçamentária e financeira do Estado no exercício financeiro de 2021 e cujo gerenciamento está a cargo da Superintendência do Tesouro Estadual/SEFAZ-PI.

Parte B - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

5. **Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão** - Conforme demonstrado no item 22 destas Notas Explicativas, os restos a pagar não processados (RPNP) liquidados, que foram liquidados e não pagos, foram reclassificados, no encerramento do exercício, em restos a pagar processados (RPP).
6. **Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Servidores Públicos** - A Projeção Atuarial foi elaborado a partir da Avaliação Atuarial de 2021 - ano base 2020 encaminhada pela PIAUIPREV-PI (Processo SEI - 00009.011436/2021-87).

Parte C - Balanço Patrimonial - BP:

7. **Disponibilidades** – As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
8. **Direitos, títulos de créditos e obrigações** - Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos e dos passivos descritas no 8ª edição do MCASP, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis, salvo se houver orientação específica.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Os direitos referentes a Créditos e Dívidas foram avaliados e mensurados pelo valor original de realização. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Quando prefixados foram ajustados a valor presente e quando pós fixados ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até o encerramento do balanço. Atualizações\ajustes apurados vão para contas de resultado.

9. **Avaliação dos Bens, Valores em Circulação e Realizáveis** - Os Bens e Valores Circulantes e os não Circulantes, foram avaliados pelo valor de realização.
10. **Dívida Ativa Estadual** – Procedeu-se o reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa pelo valor de recebimento, corrigido até dezembro de 2021, com base no demonstrativo levantado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o montante foi registrado no SIAFE-PI. Os valores contabilizados são registrados pelo valor corrente para a inscrição, cancelamento, recebimento e os ajustes correspondentes, e seus saldos estão computados até dezembro de 2021.
11. **Estoques** - A Regra Geral é a mensuração com base no valor de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
12. **Imobilizado** – Os valores do imobilizado foram registrados pelos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou pelo custo de produção ou de construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4.320/64.
13. **Obrigações Trabalhistas, Fornecedores, Credores, Fiscais e Demais Obrigações do Passivo Circulante** – As Obrigações em Circulação e os Depósitos foram avaliados pelo valor decrescente das exigibilidades em 31/12/2021.
14. **Registro dos Empréstimos e Financiamentos** – A dívida fundada interna, externa e demais obrigações a longo prazo da Administração Direta e Indireta, mantêm-se consistentes com os registros contábeis, conforme informação prestada pela Unidade de Gestão da Dívida Pública e Encargos



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Gerais do Estado – UNIGED, da Superintendência do Tesouro do Estado do Piauí – SUTESP, da SEFAZ. A Dívida Externa é convertida para o Real (R\$) nas datas de liberação, de pagamentos e de registro dos respectivos saldos contábeis. As demais dívidas são atualizadas de acordo com os respectivos índices contratuais. Considerando-se os saldos em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes os indexadores da Dívida Contratual, com os respectivos percentuais, em relação ao valor total da dívida:

Em mil

ESTOQUE EM 31/12/2021 - POR INDEXADORES		
INDEXADOR	VALOR	%
CÂMBIO	3.987.548	54,92%
CDI	2.148.795	29,60%
TJLP	645.254	8,89%
SELIC	221.546	3,05%
TR	169.751	2,34%
OUTRAS	87.174	1,20%
TOTAL	7.260.067	100,00%

- 15. Provisões Matemáticas Previdenciárias** - Foram atualizadas as provisões de longo prazo relativas às Reservas Matemáticas Previdenciárias, que expressam a projeção atuarial, representativa da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (ativos, aposentados e pensionistas). O valor registrado tem como base a Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios de Regime Próprio do Estado de 2021, com ano base 2020, em conformidade com processo SEI 00227.001739/2021-17.
- 16.** Os saldos das contas intragovernamentais foram excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente em conformidade com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª edição, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 4.2.1.



Parte D – Balanço Orçamentário - BO:

17. Regimes Contábeis Adotados para a Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias – Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são utilizados os regimes de caixa para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei nº 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis.

18. Utilização do Superávit Financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, e suas influências no Resultado Orçamentário
- Importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação. Tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais estão detalhados no campo Saldo de Exercícios Anteriores, do Balanço Orçamentário.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária.

- 19. Receitas Correntes** - As Receitas Correntes no Balanço Orçamentário são apresentadas pelos seus valores líquidos, ou seja, já estão deduzidas por exemplo as restituições, transferências aos municípios e transferências ao FUNDEB, entre outras.
- 20. Execução dos Restos a Pagar** – Em conformidade com os arts. 7º e 8º da Lei Estadual Nº 7.435/2020 (DOE-PI Nº 243 de 28/12/2020) foram adotados os seguintes procedimentos:
- Para o Poder Executivo, os restos a pagar não processados inscritos nos anos anteriores ao do exercício de 2021, que não foram liquidados, foram cancelados em 31 de dezembro de 2021, com as seguintes exceções:
 - Fonte 100 com detalhamento;
 - Despesas dos órgãos Saúde, Educação e da Defensoria Pública;
 - Fontes vinculadas.
 - Para o Poder Executivo, os restos a pagar processados, cujo tempo de inscrição já tinha transcorrido dois (2) anos em 2021, foram cancelados em 31 de dezembro de 2021, com as seguintes exceções:
 - Fonte 100 com detalhamento;
 - Despesas dos órgãos Saúde, Educação e da Defensoria Pública;
 - Fontes vinculadas.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

21. **Os saldos remanescentes dos Restos a Pagar** inscritos até 2020 foram reinscritos nas contas contábeis 531210101 e 532210101.
22. **Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados** - conforme previsto no MCASP 8ª EDIÇÃO, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (Pag. 128), os Restos a Pagar Não Processados Liquidados, nos procedimentos de encerramento do exercício, foram transferidos para a conta de Restos a Pagar Processados. Foram realizados os seguintes lançamentos contábeis:

Encerramento do Controle de RP – Controle Orçamentário

D: 6.3.1.3.0.00.00 RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR

C: 6.3.2.1.0.00.00 RP PROCESSADOS A PAGAR

Encerramento do Controle de RP – Controle Orçamentário

D: 5.3.2.1.0.00.00 RP PROCESSADOS INSCRITOS

C: 5.3.1.1.0.00.00 RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS

Encerramento do Controle de RP – Controle Orçamentário

D: 5.3.2.2.0.00.00 RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES

C: 5.3.1.2.0.00.00 RP NÃO PROCESSADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Abaixo segue tabela demonstrando como ficaram os valores inscritos em RPNP, após a transferência do RPNP liquidado para RPP:



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
	RPNP - Exercícios Anteriores (antes da transferência)	RPNP - Exercício Anterior (antes da transferência)	RPNP - Exercícios Anteriores (após da transferência)	RPNP - Exercício Anterior (após da transferência)
3 - Despesas Correntes	85.979.575,68	232.210.791,74	85.416.519,88	231.584.257,52
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.068.364,05	23.999.729,10	2.068.364,05	23.990.390,40
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	83.911.211,63	208.211.062,64	83.348.155,83	207.593.867,12
4 - Despesas de Capital	30.087.771,81	98.735.768,60	30.081.538,97	94.645.448,44
4 - Investimentos	30.087.771,81	97.735.768,60	30.081.538,97	93.645.448,44
5 - Inversões Financeiras	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	116.067.347,49	330.946.560,34	115.498.058,85	326.229.705,96

Fonte: SIAFE-PI

Abaixo segue tabela demonstrando como ficaram os valores inscritos em RPP, após a transferência do RPNP liquidado para RPP:

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
	RPP - Exercícios Anteriores (antes da transferência)	RPP - Exercício Anterior (antes da transferência)	RPP - Exercícios Anteriores (após da transferência)	RPP - Exercício Anterior (após da transferência)
3 - Despesas Correntes	240.828.531,33	1.050.614.590,85	241.391.587,13	1.051.241.125,07
1 - Pessoal e Encargos Sociais	137.577.900,73	834.647.266,67	137.577.900,73	834.656.605,37



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

2 - Juros e Encargos da Dívida	710.852,59	0,00	710.852,59	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	102.539.778,01	215.967.324,18	103.102.833,81	216.584.519,70
4 - Despesas de Capital	46.246.280,77	36.762.309,01	46.252.513,61	40.852.629,17
4 - Investimentos	45.107.927,14	36.414.551,49	45.114.159,98	40.504.871,65
5 - Inversões Financeiras	604.885,57	347.757,52	604.885,57	347.757,52
6 - Amortização da Dívida	533.468,06	0,00	533.468,06	0,00
Total	287.074.812,10	1.087.376.899,86	287.644.100,74	1.092.093.754,24

Fonte: SIAFE-PI

23. Conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos - O § 2º do art. 3º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, estabeleceu que as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC serão emitidas no intuito de auxiliar os entes da Federação na aplicação e interpretação das diretrizes, conceitos e regras contábeis relativas à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual. Portanto, as instruções contidas nesta IPC poderão ser utilizadas por todos os que observam as regras vigentes sobre contabilidade aplicada ao setor público.

Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extra orçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente; aplicações e resgates de investimentos temporários.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Uma das ações que compõem o Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais são os "Ajustes de Outros desembolsos operacionais", que como explicado acima são situações não previstas em orçamento, mas que afetam o Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa. Nesse caso, seria a variação dos Saldo Inicial e Final da conta contábil 218810400 - Depósitos Não Judiciais no valor de R\$ -6.906.089,58.

Desta forma o Balanço Orçamentário está conciliado com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com os valores dos Fluxos de Caixa Líquidos			
Balanço Orçamentário		DFC	
Receitas Realizadas (I)	15.239.831.829,05	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades Operacionais (I)	1.216.229.882,51
Despesas Pagas (Ii)	12.896.343.887,95	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Investimento (II)	-1.228.785.569,95
Restos a Pagar Proc. e Não Proc. Liquidado Pagos (III)	1.117.390.404,76	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Financiamento (III)	1.032.272.536,53
Restos A Pagar Não Processados Pagos (IV)	213.286.776,83	Geração Líquida De Caixa E Equiv. De Caixa Iv = (I+II+III)	1.019.716.849,09
		Ajustes De Outros Desembolsos Operacionais (V)	-6.906.089,58
Total = (I-II-III-IV)	1.012.810.759,51	Geração Líquida De Caixa E Equiv. De Caixa Ajustada VI = (IV+V)	1.012.810.759,51

Parte E – Balanço Financeiro - BF:

- 24. Registro dos Ingressos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** - Segundo a IPC - 06, que dispõe sobre a Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” contemplam situações não previstas no mapeamento da referida IPC, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”, foram adotados os seguintes procedimentos:



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

As contas 2.1.8.8.0.00.00 - VALORES RESTITUÍVEIS correspondem a valores que transitam pelo orçamento e, portanto, já impactaram no balanço financeiro, por essa razão a diferença entre saldos final e inicial desta conta foi deduzido do valor correspondente aos dispêndios, tendo em vista que o movimento devedor foi maior que o movimento credor no exercício de 2020.

A conta contábil 2.1.8.8.1.04.00 - DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS, entretanto, compreende valores de obrigações, decorrentes de depósitos recebidos, exceto depósitos judiciais, como, por exemplo, os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas e seus valores não transitam pelo orçamento, por essa razão, não é necessário deduzir o valor correspondente à diferença entre seus saldos final e inicial.

Em relação aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados na demonstração contábil Balanço Financeiro - BF, foi utilizada a seguinte regra:

INGRESSOS	
Linha	Regras das Contas Contábeis
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	Crédito 2.1.8.8.0.00.00 (-) variação da conta contábil (saldo final do exercício - saldo inicial do exercício) 2.1.8.8.0.00.00 (-) 2.1.8.8.1.04.00

Desta forma, para conciliação entre o Balancete (Mês 13) e o Balanço Financeiro na parte dos Dispêndios, na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados é necessário considerar o montante R\$ -163.589.696,48, em razão da regra acima adotada, conforme abaixo:



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Conta	Saldo Inicial	Saldo Final	Varição
218800000 - VALORES RESTITUÍVEIS	478.406.897,22	321.723.290,32	-156.683.606,90
218810400 - DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	694.279,64	7.600.369,22	6.906.089,58
Valor conforme regra apontada acima (2.1.8.8.0.00.00 - 2.1.8.8.1.04.00)			-163.589.696,48

25. **Registro de Outros Recebimentos Extraorçamentários** - Segundo a IPC - 06, que dispõe sobre a Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” contemplam situações não previstas no mapeamento da referida IPC, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

As contas 2.1.8.9.0.00.00 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO correspondem a valores que transitam pelo orçamento e, portanto, já impactaram no balanço financeiro, por essa razão a diferença entre saldos final e inicial destas contas foi deduzido do valor correspondente aos ingressos, tendo em vista que o movimento credor foi maior que o movimento devedor no exercício de 2021.

Em relação aos Outras Obrigações a Curto Prazo na demonstração contábil Balanço Financeiro - BF, foi utilizada a seguinte regra:

INGRESSOS	
Linha	Regras das Contas Contábeis
Outros Recebimentos Extraorçamentários	Crédito 2.1.8.9.0.00.00 (-) variação da conta contábil (saldo final do exercício - saldo inicial do exercício) 2.1.8.9.0.00.00



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Desta forma, para conciliação entre o Balancete (Mês 13) e o Balanço Financeiro na parte dos Ingressos, na linha Outras Obrigações a Curto Prazo é necessário considerar o montante R\$ 41.536.148,88, em razão da regra acima adotada, conforme segue:

Conta	Saldo Inicial	Saldo Final	Varição
218900000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	90.023.761,36	48.487.612,48	-41.536.148,88

26. Receita Orçamentária - No Balanço Financeiro as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. Segue abaixo quadro com detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR GRUPOS DE FONTE DE RECURSOS						
ESPECIFICAÇÃO	2021			2020		
FONTE	Receita Orçamentária (a)	Deduções (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (a)	Deduções (b)	Saldo (c) = (a - b)
Ordinária	12.339.677.391	-3.495.961.236	8.843.716.155	12.113.002.164	-2.824.583.750	9.288.418.413
100 - TESOURO ESTADUAL	12.339.677.391	-3.495.961.236	8.843.716.155	12.113.002.164	-2.824.583.750	9.288.418.413
Vinculada	6.455.579.018	-59.463.344	6.396.115.674	4.587.705.638	-7.759.812	4.579.945.826
110 - CONVÊNIO	132.739.040	0	132.739.040	129.441.510	0	129.441.510
111 - CIDE	11.314.134	-2.819.483	8.494.652	17.417.549	-4.346.662	13.070.888
113 - SUS	567.000.870	0	567.000.870	541.443.994	0	541.443.994
114 - FNDE	42.804.206	0	42.804.206	45.425.971	0	45.425.971
115 - FUNDEB	1.163.451.903	0	1.163.451.903	902.706.011	0	902.706.011
116 - OP. DE CRÉD. INTERNA	1.426.513.585	0	1.426.513.585	133.071.136	0	133.071.136
117 - OP. DE CRÉD. EXTERNA	97.555.135	0	97.555.135	149.724.757	0	149.724.757
118 - FUNDOS ESPECIAIS	171.840.347	-4.421.514	167.418.833	155.868.365	-3.403.584	152.464.781
120 - FECOP	259.915.827	-51.970.286	207.945.541	212.294.922	0	212.294.922
123 - RECURSOS DO AUXÍLIO FINANCEIRO LC 173/2020	0	0	0	143.265.116	0	143.265.116
124 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DA UNIÃO	20.422.192	0	20.422.192	8.447.889	0	8.447.889
125 - RECURSOS LEI 14.017/2020 (LEI ALDIR BLANC)	56.429	0	56.429	35.653.108	0	35.653.108



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

210 - CONVÊNIO	13.227.329	0	13.227.329	7.336.902	0	7.336.902
219 - PREVIDÊNCIA	2.190.918.896	-251.416	2.190.667.480	1.766.036.038	-6.221	1.766.029.817
222 - IASP E PLAMTA	357.819.126	-645	357.818.481	339.572.369	-3.345	339.569.024
TOTAL	18.795.256.409	-3.555.424.580	15.239.831.829	16.700.707.802	-2.832.343.562	13.868.364.240

Fonte: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Parte F – Demonstração da Variação Patrimonial - DVP

27. **Provisões Matemáticas Previdenciárias** - Foram atualizadas as provisões de longo prazo relativas às Reservas Matemáticas Previdenciárias, que expressam a projeção atuarial, representativa da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (ativos, aposentados e pensionistas). O valor registrado tem como base a Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios de Regime Próprio do Estado de 2021, com ano base 2020, em conformidade com SEI 00227.001739/2021-17. Os montantes estão demonstrados nas linhas Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas das VPAs e Constituição de Provisões das VPDs, nos seguintes valores, respectivamente, R\$ 5.755.073.516,31 e R\$ 2.740.346.122,98.
28. Os saldos das contas intragovernamentais foram excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente em conformidade com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª edição, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 5.2.

Parte G – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

29. **Conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial** - Informações adicionais podem ser importantes para que os usuários entendam a posição financeira e a liquidez da entidade. No quadro a seguir apresentamos a conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Conciliação da DFC com os valores do Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial		DFC	
Caixa e Equivalentes de Caixa 2021 (I)	4.472.867.131,16	Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	1.216.229.882,51
Caixa e Equivalentes de Caixa 2020 (II)	3.453.150.282,07	Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-1.228.785.569,95
		Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	1.032.272.536,53
Total = (I-II)	1.019.716.849,09	Geração Líquida de Caixa e Equiv. de Caixa Ajustada IV = (I+II+III)	1.019.716.849,09

Parte H – Resultados Financeiro, Patrimonial e Orçamentário

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

30. Resultado Financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Estado. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro.

RESULTADO FINANCEIRO	METODOLOGIA	2019	2020	2021
O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.	Saldo para o Exercício Seguinte	1.964.181.656,67	3.453.150.282,07	4.472.867.131,16
	-	(-) 2.531.533.675,31	(-)1.964.181.656,67	(-)3.453.150.282,07
	Saldo do Exercício Anterior	= (-) 567.352.018,64	= 1.488.968.625,40	= 1.019.716.849,09
Fonte: Balanço Financeiro Consolidado (Anexo XIII, da Lei 4.320/64)				



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

31. Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

RESULTADO PATRIMONIAL	METODOLOGIA	2019	2020	2021
O resultado patrimonial é um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais e é apurado pelo confronto das transações que aumentam e diminuem o patrimônio líquido	Variações Patrimoniais Aumentativas	53.358.857,564	22.479.187.100,89	22.384.652.095,82
	-	(-) 79.179.213.259	(-)18.579.780.355,61	(-) 17.452.374.503,14
	Variações Patrimoniais Diminutivas			
		= (-) 25.820.355.694	= 3.899.406.745,28	= 4.932.277.592,68
Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada (Anexo XV, da Lei 4.320/64)				



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOIRO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

32. **Resultado Orçamentário** - O regime orçamentário do Estado segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	METODOLOGIA	2019	2020	2021
O resultado orçamentário é representado pela diferença entre a Receita Orçamentária Realizada e a Despesa Orçamentária Executada (Empenhada).	Receita Realizada	11.370.808.710	13.868.364.239,72	15.239.831.829,05
	- Despesa Executada	(-) 12.667.220.950	(-) 12.475.050.142,67	(-) 14.438.027.692,77
		= (1.296.412.240)	= 1.393.314.097,05	= 801.804.136,28

Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo XII, da Lei 4.320/64).

Parte I – Procedimentos de Encerramento do Exercício:

33. **Procedimentos Contábeis Padronizados adotados no processo de encerramento do exercício financeiro de 2021 e abertura do exercício seguinte** - O Governo do Estado do Piauí publicou o Decreto nº 20.266/2021 (DOE-PI nº 249 de 22/11/2021), dispondo sobre os procedimentos e as datas-limite no processo de encerramento do exercício 2021, com vistas a atender o que dispõe a legislação que trata sobre normas de Finanças Públicas, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei 4.320/64. O Decreto nº 20.266/2021 foi alterado posteriormente pelos Decretos nº 20.314/2021 (DOE-PI nº 258 de 02/12/2021) e 20.451/2021 (DOE-PI nº 276 de 30/12/2021).

Em Conformidade com o Art. 5º do Decreto Nº 20.266/2021, a Superintendência do Tesouro do Estado do Piauí, por meio da Unidade de Controle Contábil (UNICON), disponibilizou versão eletrônica dos Procedimentos Contábeis Padronizados para encerramento do exercício de



**ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL**

2021 no site da SEFAZ-PI, Seção Transparência, Aba Procedimentos Contábeis e no módulo Base de Conhecimento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE-PI). Os procedimentos foram estabelecidos por meio da PORTARIA SEFAZ-PI/GASEC/SUTESP/UNICON N° 3/2021 publicada no DOE-PI n° 258 de 02/12/2021.

Os Procedimentos Contábeis Padronizados de encerramento do exercício de 2021 podem ser consultados no endereço eletrônico <https://portal.sefaz.pi.gov.br/procedimentos-contabeis-siafe-pi>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo apresentado, no decorrer destas notas explicativas, teve como premissa esclarecer ou complementar informações relevantes evidenciadas nas demonstrações contábeis apresentadas pelo Governo do Estado do Piauí no exercício financeiro de 2021.

As notas explicativas complementam as informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, ratificando o esforço do governo em cumprir as metas estabelecidas e atender aos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como aos dispositivos constitucionais, à Lei Federal n° 4.320/64, às Normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (8ª edição), Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público) relativa ao assunto.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

Governador do Estado

CPF: 182.556.633-04

RAFAEL TAJRA FONTELES

Secretário de Fazenda

CPF: 992.368.423-72

JAMES LANE RAMOS DE SOUSA

Diretor da Unidade de Controle Contábil

CRC-PI n° 9.930/O - PI